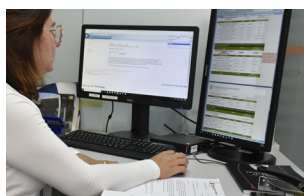




Página 07

TRIBUNAL OTIMIZA COMPRAS E ECONOMIZA R\$ 4,4 MILHÕES EM DOIS ANOS



**OUVIDORIA APONTA
BAIXO NÍVEL DE
TRANSPARÊNCIA
DOS MUNICÍPIOS**

Página 04



**CONTROLE EXTERNO
E CONSULTORIA
JURÍDICA AMPLIAM
EQUIPE**

Página 05



**O LOCAL ONDE
ERA A "CASA DOS
INGLESES"**

Páginas 08 e 09

**PROCESSOS EM
TRAMITAÇÃO
AGORA 100%
DIGITALIZADOS**

Página 03

LIXO ELETRÔNICO

Dez anos depois de promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Brasil passou a contar com regras claras, metas e prazos para mitigar os danos de um problema crescente, que o desenvolvimento da tecnologia faz multiplicar: o destino do lixo eletroeletrônico. Com a publicação do Decreto nº 10.240, de 12/2/2020, começou a contar o prazo para a implementação de um sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos.

Com descarte de 1,5 milhão de toneladas em 2016 (último dado disponível), o país tem, agora, até 2025 para contar com 5 mil pontos de coleta e destinação de lixo eletroeletrônico, espalhados por 400 cidades, que concentram 60% da população. Municípios com mais de 80 mil habitantes terão que ter um ponto de coleta para cada 25 mil habitantes. Cidades menores poderão fazer campanhas móveis de coleta ou estabelecer esquemas consorciados.

De acordo com o secretário de Política Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, André Luiz Felisberto França, a implantação do sistema vai ajudar a ter números precisos sobre a produção e o destino desse tipo de rejeito. “Até 2019, havia 70 pontos de coleta. Somente com a assinatura do acordo setorial, em outubro do ano passado, com mais 1.100 representantes do setor, tivemos outros 100 pontos instalados”, informou.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Inspeção de Controle Externo do TCE/RN realizou uma reunião com gestores estaduais acerca da segurança nas barragens do Rio Grande do Norte.

A reunião fez parte do processo de planejamento de uma auditoria operacional em curso que irá avaliar como é feito o controle e a fiscalização da segurança nas barragens do Estado. A ideia foi reunir especialistas na área para mapear as fragilidades referentes ao tema. Os resultados da discussão irão balizar a realização da auditoria.

Foram abordados temas como a Lei 12.334/2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens e criou o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, além dos planos plurianuais relativos aos órgãos fiscalizadores no Estado, entre outros temas.

Participaram da reunião gestores da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Caern, do Igarn, do Idema, além de um representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

JURISPRUDÊNCIA

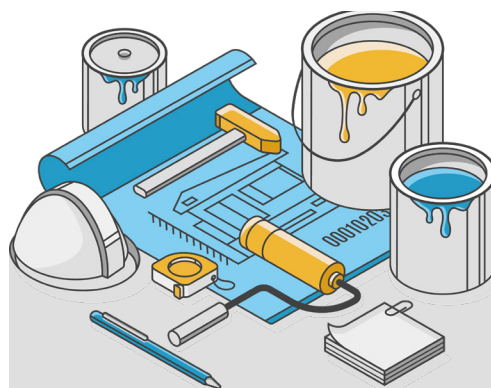
O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) disponibilizou a sexta e última edição do Informativo de Jurisprudência do ano de 2019, documento elaborado a partir de notas tomadas nas sessões das Câmaras e do Pleno que representa a compilação, em forma de resumo, dos principais julgamentos do TCE – selecionados pela relevância das teses jurídicas. Os interessados podem acessar o material através do link <http://www.tce.rn.gov.br/Jurisprudencia/Informativo>.

De responsabilidade da Comissão Permanente de Jurisprudência, o informativo apresenta o resultado da votação e as divergências (se existirem), das decisões dos órgãos colegiados (Pleno e Câmaras) do TCE, no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019, selecionadas a partir dos critérios de repercussão, relevância pedagógica e/ou complexidade da matéria abordada.

Entre os temas em foco nesta edição, destacam-se: contratação de serviços de limpeza urbana, majoração de subsídios de agentes políticos, remuneração de agentes públicos, desproporção entre servidores comissionados e efetivos, alienação de bens móveis pelo Poder Legislativo, averbação de tempo de serviço.

AValiação DA EDUCAÇÃO

A Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB) se associaram ao Instituto Articule, por meio de um acordo de cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento de metodologias de melhoria dos instrumentos de avaliação da política pública de educação. A cooperação técnico-científica prevê, entre outras ações, a criação de um Laboratório de Inovação para Articulação Interinstitucional, com o objetivo de aperfeiçoar a governança multissetorial e multinível, em especial mediante diálogo, pactuação e monitoramento entre os atores responsáveis por sua execução e controle. Fundado em 2017, o Instituto Articule tem a missão de promover o diálogo e a articulação interinstitucionais para aprimorar a gestão pública e acelerar a promoção dos direitos sociais.



OBRAS PARALISADAS

Com o objetivo de retomar obras paralisadas no Brasil, por meio da atuação integrada entre os órgãos de controle e Poder Judiciário, o Comitê Executivo Nacional para Apoio à Solução das Obras Paralisadas lançou no dia 17 de fevereiro, em Goiânia, o Destrava – Programa Integrado para Retomada de Obras. O programa mobiliza atores para trabalharem em rede, operando de forma regional e identificando em cada estado as causas das obras estarem paradas e propondo caminhos para a retomada. Levantamentos do TCU e Atricon apontam que existem 14 mil obras paralisadas por todo o país, no valor de mais de R\$ 200 bilhões.

“Analisaremos pontualmente cada grande obra pública paralisada e cada obra de creche não concluída. O objetivo é identificar o motivo da interrupção e encontrar uma solução consensual adequada para eliminar a causa determinante da paralisação”, explicou o presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli. O Comitê Executivo Nacional para Apoio à Solução das Obras Paralisadas é formado pelo CNJ, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pelo Ministério da Infraestrutura, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

HORÁRIO DAS SESSÕES

A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos



1ª CÂMARA
quintas-feiras | 9h

2ª CÂMARA
terças-feiras | 9h

PLENO
terças e quintas | 10h30min

AGORA É 100% DIGITAL

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) atingiu a meta de converter em formato eletrônico 100% dos processos que tramitam no órgão. A digitalização total estava entre as prioridades da gestão do presidente Poti Júnior.

“Concentramos esforços para alcançar esse objetivo. Agora, somos 100% digital. Todos os processos que tramitam no Tribunal são eletrônicos. Isso significa mais agilidade e eficiência na engrenagem que fiscaliza o uso de dinheiro público no Rio Grande do Norte”, comemora o presidente, ressaltando a contribuição de todos os setores e gabinetes do Tribunal ao longo do processo.

Antes mesmo da conclusão da digitalização, todos os processos iniciados no TCE já começavam e terminavam em formato eletrônico. No entanto, ainda havia cerca de 3.500 processos antigos que permaneciam em formato físico. “Conseguimos antecipar a meta e cumprir o que estava previsto em nosso Plano Diretor”, afirma a diretora de Expediente, Michely Gomes.

Ela explica que o processo eletrônico também facilita o acesso de informações externas junto



ao Tribunal. “Uma vez totalmente eletrônico, o TCE dispõe de canais de comunicação com os seus jurisdicionados. Para os advogados, o envio de documentos e processos por meio do e-TCE. Já em relação aos jurisdicionados, deve ser realizado pelo portal do gestor. Por essas duas vias, o Tribunal agora recebe todos os seus documentos de forma eletrônica, muito embora o protocolo físico ainda exista para quem preferir. Mas, toda documentação será transformada em formato eletrônico”, detalha.

O TCE iniciou a conversão de processos em 2012 a partir da Resolução 24/2012. O trabalho foi realizado por equipe própria do TCE. Em dois anos, foram digitalizados mais de 20 mil processos. Além da economia com papel, a conversão melhora a comunicação processual, deixa a tramitação mais célere, evita o extravio de documentos e processos e contribui com a questão da sustentabilidade da instituição.

PARECER PRÉVIO

CONSELHEIRA ADÉLIA SALES SERÁ RELATORA DAS CONTAS DO GOVERNO REFERENTES A 2020

Na primeira sessão do ano, realizada no dia 21 de janeiro, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) definiu, por sorteio, em consonância com a Lei Orgânica e Regimento Interno, que a relatora das Contas Anuais do Governo do Estado referentes ao exercício de 2020 será a conselheira Adélia Sales.

O parecer prévio das Contas Anuais emitido pelo TCE consiste na análise dos balanços contábil, orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do Governo do Estado, como também das suas autarquias, fundações públicas, entre outros componentes.

Segundo o Regimento Interno do TCE, o governador do Estado tem 60 dias, contados após a

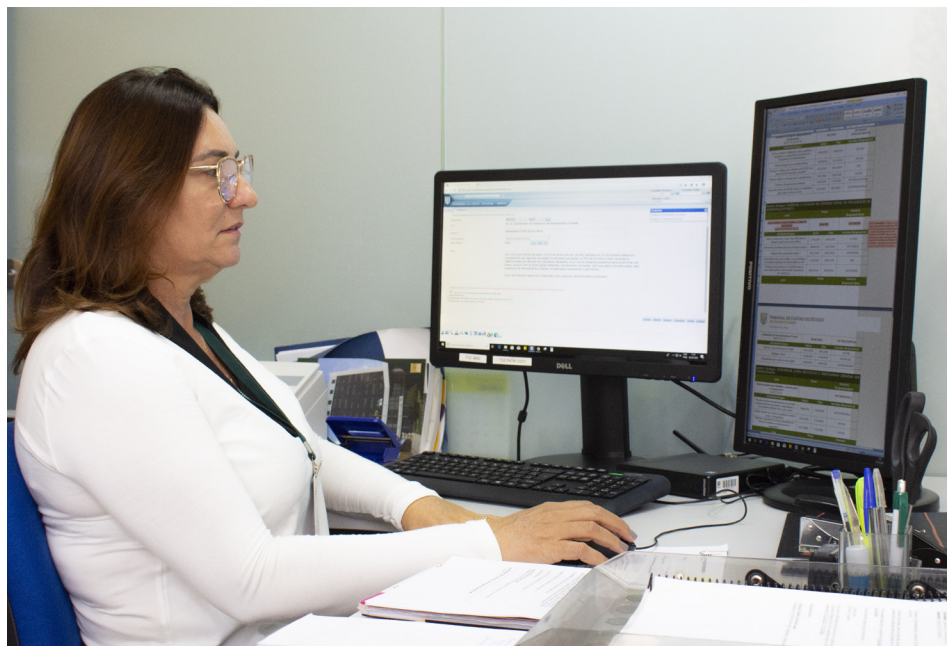
abertura da sessão legislativa, para apresentar as contas para a Assembleia Legislativa do RN, com simultânea remessa para o Tribunal de Contas. A apreciação final da proposta de parecer prévio se dá através de sessão extraordinária.

A escolha se dá por sorteio, sempre na primeira sessão plenária do ano. As duas últimas Contas julgadas pelo TCE, referentes aos exercícios de 2016 e 2017, tiveram parecer prévio pela desaprovação. A relatoria das Contas de 2018 está com o conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves; e 2019, com o conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes.

A primeira sessão do Pleno do TCE teve o julgamento de 90 processos, a maioria de apreciação

de contratação temporária, concessão de aposentadoria e nomeação. Também foi realizada a primeira sessão da Segunda Câmara, com o julgamento de nove processos.

As sessões do Pleno são realizadas nas terças e quintas-feiras a partir das 10h30h, sob a presidência do presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar. Na terça, às 9h, é realizada a sessão da Segunda Câmara de Contas, presidida pelo conselheiro Renato Costa Dias e na quinta, às 9h, a sessão da Primeira Câmara de Contas, presidida pelo conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves. Todas as sessões são de livre acesso.



Segundo a coordenadora da Ouvidoria, Marise Magaly, a partir de agora o monitoramento dos municípios e câmaras municipais será permanente

LEVANTAMENTO APONTA BAIXO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS DO RN

Garantias asseguradas pela Constituição Federal de 1988, o acesso à informação e a transparência pública ainda não são cumpridos integralmente no Estado do Rio Grande do Norte. Em análise realizada pela Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado, considerando os dados coletados pela Diretoria de Assuntos Municipais (DAM), dos 167 municípios do Estado, 97 Prefeituras e 150 Câmaras apresentaram baixo nível de atendimento às exigências legais mínimas acerca da transparência pública.

Nesse cenário, por meio do recém criado projeto “Nossas Cidades”, a Ouvidoria do Tribunal

de Contas do Estado (TCE-RN) desenvolveu o Índice de Efetividade da Transparência Municipal, no intuito de apresentar à sociedade um diagnóstico dos Portais de Transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte. O acesso poderá ser feito pelo endereço eletrônico <http://www.tce.rn.gov.br/Ouvidoria/TransparenciaApresentacao>.

Segundo a Coordenadora da Ouvidoria, Marise Magaly Queiroz Rocha, o trabalho desenvolvido considerou os resultados dos 22 quesitos elaborados pela Diretoria de

Assuntos Municipais (DAM), no período de 30 de outubro de 2018 a 21 de março de 2019, em ação fiscalizatória no âmbito desses Portais de Transparência, alicerçada em dispositivos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) – esta última prevê, em seu art. 8º, §2º, a obrigatoriedade do uso de sítios oficiais da rede mundial de computadores pelos órgãos e entidades públicas para fins de divulgação de informações de interesses coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Como forma de facilitar e contribuir com o controle social, as informações foram agrupadas pela Ouvidoria em seis dimensões, compreendendo as áreas de planejamento, contas, receitas, despesas, licitações e comunicação, sendo atribuída a cada uma delas um total de 60 pontos. Assim, cada quesito atendido, a exemplo da divulgação dos instrumentos de planejamento, receitas, despesas e procedimentos licitatórios, entre outras questões, corresponde a uma pontuação, cujo somatório dos pontos serve para classificação por faixa, a qual possui os seguintes extremos: “Altamente Efetivo” (A+), quando alcançada a totalidade de 60 pontos naquela dimensão, até “Baixo Nível de Adequação” (C), quando atingidos menos de 30 pontos.

As informações foram, ao final, organizadas em infográficos desenvolvidos em parceria com a equipe técnica de informática do TCE-RN, com possibilidade de filtro de pesquisa por dimensão e por órgão. A perspectiva é dar continuidade ao projeto “Nossas Cidades”, de modo a compor uma série histórica ao longo dos anos. Para o Conselheiro Ouvidor, Carlos Thompson Costa Fernandes, esse projeto representa uma iniciativa para multiplicar caminhos que promovam e fortaleçam o controle social.

CONTROLE

TCS PROMOVEM OUVIDORIA DAY



Para celebrar o Dia do Ouvidor, Tribunais de Contas de todo o país vão promover, no dia 16 de março, o “Ouvidoria Day”, evento de estímulo à atuação das Ouvidorias dos TCs com ênfase no fomento ao Controle Social e à Transparência Pública.

A ideia surgiu durante reunião ordinária do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), em meio à programação do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizada em Foz do Iguaçu-PR, em novembro de 2019.

O objetivo da proposta é que cada Tribunal de Contas, por intermédio da sua Ouvidoria, promova no dia 16 de março, de forma criativa e dinâmica, uma programação alusiva à data, com a respectiva divulgação de suas ações.

“Vamos aproveitar uma data comemorativa, o Dia do Ouvidor, para estimular a divulgação das ações das Ouvidorias de todos os Tribunais de Contas e, assim, fortalecer e fomentar o controle social e a transparência pública”, explica o presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do IRB, Gilberto Jales, conselheiro-corregedor do TCE-RN.

O evento é uma data propícia para discutir, refletir e fomentar a implementação das Ouvidorias nos jurisdicionados e o seu papel nas instituições públicas, destacando este importante instrumento de controle social e sua contribuição para o fortalecimento da democracia, através da participação social.

TCE FORTALECE CONTROLE EXTERNO E CONSULTORIA JURÍDICA COM NOVOS SERVIDORES

A necessidade de aperfeiçoamento constante no exercício do controle externo tem feito com que o Tribunal de Contas do Estado mantenha permanente renovação do seu quadro de pessoal. Desde 2019 até fevereiro de 2020, o TCE/RN nomeou mais 21 servidores, aprovados previamente em concurso público, entre auditores de controle externo e consultores jurídicos.

Segundo dados do Setor de Cadastro e Informação de Pessoal da Diretoria de Administração Geral, foram efetivados no período 14 novos auditores de controle externo nas áreas de administração, contabilidade, direito ou economia; um auditor externo da área de tecnologia da informação; dois auditores externos de engenharia civil; e quatro consultores jurídicos.

A secretária de Controle Externo, Anne Carvalho, avalia que o Tribunal de Contas do RN tem se esforçado para aumentar a capacidade de atuação. “O TCE tem feito nos últimos anos um grande esforço para ampliar a capacidade operacional das unidades de controle externo e a quantidade de auditores de controle externo, que possam desenvolver ações fiscalizatórias”, explica.

O aumento das equipes e da capacidade de atuação fiscalizatória tem sido realizado ainda que o TCE/RN seja o que possui o menor limite com despesa de pessoal entre os TCs do país

inteiro. “Tem sido um grande esforço porque o TCE/RN tem o menor limite com despesa de pessoal entre os tribunais de contas brasileiros, então estamos sempre desenvolvendo estratégias para ampliar as equipes mas sempre observando a Lei de Responsabilidade Fiscal e com toda a preocupação para que o nosso limite com despesa de pessoal não seja colocado em alerta. É sempre um desafio equacionar esses dois aspectos”, diz.

A ampliação do número de servidores permitiu que a Secretaria de Controle Externo recompusesse equipes que estavam desfalcadas ou ampliasse algumas unidades que precisavam de reforço nos últimos anos. “Todas as unidades, nas diferentes áreas do Tribunal, receberam algum tipo de incremento em suas equipes. Isso porque além do desafio de nomear novos servidores, o Tribunal, assim como toda a administração pública, tem o desafio de reter esses talentos com uma carreira que seja suficientemente atrativa”, analisa.

Um maior quantitativo de servidores reflete diretamente no cumprimento da missão institucional do TCE com uma maior qualidade, passando pela fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos até a avaliação do impacto das políticas públicas, como nas auditorias operacionais, e na validação de dados e demonstrativos publicados pelos jurisdicionados.

CONSULTORIA JURÍDICA

O consultor geral do TCE, Gudson Barbalho, afirma que a chegada dos novos consultores jurídicos é importante para a valorização da carreira e o fortalecimento da representação do Tribunal junto ao Poder Judiciário, que é uma das missões da Consultoria Jurídica, além da emissão de pareceres e o assessoramento da presidência e das unidades técnicas. “Fortalece a carreira e também o Tribunal, com a chegada de novos servidores, com novas ideias. É importante a existência de um área que representa judicialmente o Tribunal de Contas e com novos servidores essa missão pode ser fortalecida”, aponta.



Equipe de Planejamento Estratégico em evento de boas vindas aos novos servidores

ENTIDADES EMPOSSAM NOVOS DIRIGENTES

Uma nova gestão foi iniciada na Associação dos Membros dos Tribunais de Contas - ATRICON, sob a presidência do conselheiro Fábio Nogueira. A solenidade de posse da nova diretoria foi realizada dia 6 de fevereiro, em Brasília, para o biênio 2020/2021. Na mesma cerimônia, foram empossados os presidentes do IRB, Ivan Bonilha; da Abracom, Thiers Montebello; do CNPTC, Joaquim de Castro Neto; e as respectivas diretorias, para idêntico período.

A mesa de honra do evento foi formada por diversas autoridades, com destaque para o presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre; a ministra Ana Arraes, vice-presidente do Tribunal de Contas da União; o ministro Augusto Nardes e o ministro substituto Weder de Olivera, ambos do TCU; o presidente da AUDICON, Marcos Bemquerer Costa (TCU); a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Renata Gil; o presidente da AMPCOM, Stephenson Oliveira Viter; o presidente da CNM, Glademir Aroldi; o diretor de Administração e Finanças do Sebrae Nacional, Eduardo Diogo; e o senador pelo Estado da Paraíba, no período de novembro de 2011 a janeiro de 2019, Cássio Cunha Lima, autor da PEC 22/17, sugerida pela Atricon.

Diálogo Institucional – em seu discurso, o presidente Fábio Nogueira falou da capacidade de dialogar institucionalmente, em torno de uma pauta republicana, em todas as esferas. De acordo com ele, a Atricon ampliou a disponibilidade de diálogo institucional com a “disposição soberana em contribuir com a retomada do

desenvolvimento do Brasil”. Ele citou ocasiões em que foi recebido no Senado Federal, inclusive pelo presidente Davi Alcolumbre, que revelou “extrema sensibilidade” à necessidade de fortalecimento do Sistema de Controle.

Lembrou, ainda, consecutivas idas à Câmara Federal, para tratar de questões inerentes ao Sistema Tribunais de Contas, quando a Atricon foi recebida com grande cordialidade por deputados de diversas opções partidárias, com igual compreensão acerca da importância do Controle Externo. “Sempre foi ocasião para expressarmos o compromisso mais sólido do Sistema Tribunais de Contas com o regime democrático de direito, que tem na Constituição Federal de 1988 a sua peça mais fundamental, brilhante e honrosa”, realçou.

Ainda no campo do Diálogo Institucional, Fábio Nogueira destacou a parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, da qual frutificou um diagnóstico sobre as grandes obras paralisadas no Brasil, com a intenção de desentravar obstáculos e assegurar a continuidade das construções, “para que o dinheiro público não entre para a contabilidade do desperdício”.

Avanços - Fábio Nogueira falou dos avanços alcançados na gestão anterior (ele presidiu a Atricon no biênio precedente e foi reeleito, por aclamação, durante o I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Foz do Iguaçu, no último mês de novembro, para dirigir a entidade por mais dois anos) e dos desafios, que terá pela frente, para manter o nível de proficiência das ações.

Um desses avanços diz respeito ao ciclo de 2019 do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil. Para ele, foi bastante significativa o acúmulo de experiência, obtida, com as três aplicações anteriores, mas, classificou como fator preponderante - e “momento histórico” - a avaliação do TCU, que é um Tribunal de referência para as demais.

Reconheceu a sensibilidade do presidente José Mucio e o estendeu aos presidentes das outras 32 Cortes de Contas do país, “a maior demonstração de envolvimento e do desejo comum no aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. Ou seja, a adesão à ferramenta, embora não haja qualquer caráter impositivo, alcançou os almejados 100%”.

Para Fábio Nogueira, esse percentual superdimensiona o sentido da Certificação, com base na norma de referência ISO 17021 de Sistema de Gestão, para o Sistema Tribunais de Contas. “Eu diria que é uma conquista com o peso de uma medalha de ouro olímpica”, referindo-se ao Certificado de Conformidade conferido à metodologia do MMD-TC pela Fundação Vanzolini (USP-SP), depois de uma avaliação criteriosa da ferramenta.

Gratidão—“Descrever sentimentos é tarefa inalcançável”. Com a frase, Fábio Nogueira ilustrou

DIRETORIA ATRICON – GESTÃO 2020-2021

Presidente: Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (TCE-PB)

Vice-Presidente de Relações Público-Institucionais:

Antônio Renato Alves Rainha (TCDF)

Diretores de Relações Público-Institucionais:

Manoel Pires dos Santos (TCE-TO)

Marcos Coelho Loreto (TCE-PE)

Michel Hoaut Hard (TCE-AP)

Renato Martins Costa (TCE-SP)

Waldir Neves Barbosa (TCE-MS)

Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais:

Weder de Oliveira (TCU)

Diretores de Relações Jurídico-Institucionais:

Clóvis Barbosa de Melo (TCE-SE)

Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho (TCE-GO)

José de Ribamar Caldas Furtado (TCE-MA)

Marianna Montebello Willemann (TCE-RJ)

Rafael Sousa Fossêca (TCE-SE)

Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo:

Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES)

Diretores de Desenvolvimento do Controle Externo:

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC)

Cláudio Couto Terrão (TCE-MG)

Jaylson Fabianh Lopes Campelo (TCE-PI)

Odilon Inácio Teixeira (TCE-PA)

Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE)

Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos:

Cezar Miola (TCE-RS)

Diretores de Defesa de Direitos e

Prerrogativas e Assuntos Corporativos:

Antônio Gilberto de Oliveira Jales (TCE-RN)

Edilson de Sousa Silva (TCE-RO)

Luiz Henrique Lima (TCE-MT)

Milene Dias da Cunha (TCE-PA)

Sebastião Cezar Leão Colares (TCMPA)

Vice-Presidente de Relações Internacionais:

João Antônio da Silva Filho (TCMSP)

Diretores de Relações Internacionais:

Joaquim Alves de Castro Neto (TCMGO)

Marco Antônio Lopes Peixoto (TCE-RS)

Marcus Vinícius de Barros Presídio (TCE-BA)

Otávio Lessa de Geraldo Santos (TCE-AL)

Wanderley Geraldo de Ávila (TCE-MG)

Conselho Fiscal (titulares):

Felipe Galvão Puccioni (TCMRJ)

Mário Manoel Coelho de Melo (TCE-AM)

Plínio Carneiro da Silva Filho (TCMBA)

Conselho Fiscal (suplentes):

Antônio Fernando Jorge R. de C. Malheiros (TCE-AC)

Dicler Forestieri Ferreira (TCMRJ)

Manoel Dantas Dias (TCE-RR)

a dificuldade de dimensionar a gratidão e o reconhecimento pelo apoio recebido de cada presidente, de cada uma das 33 Cortes de Contas do Brasil. Destacou o empenho de cada um dos dirigentes da Atricon, aos quais também agradeceu, lembrando que a diretoria conta com, pelo menos um membro, representantes de cada Estado brasileiro.

Fábio Nogueira lembrou, também, quão significativas foram as mensagens de encorajamento que recebeu, depois de confirmada a reeleição, citando duas delas: a primeira da sua mãe, Maria Adília; a segunda, do ex-senador paraibano, Ivandro Cunha Lima.

Fonte: Ascom/Atricon – Ridismar Moraes



O conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales (TCE-RN) foi empossado como Diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos



A prática de modalidades como do “pregão eletrônico” resultou em maior eficiência e economicidade na aquisição de bens e serviços

ECONOMIA DE R\$ 4,4 MILHÕES

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) divulgou levantamento que aponta uma economia de R\$ 4.474.091,00 nas compras e contratações internas. O estudo foi realizado pelo Núcleo de Licitações e os dados correspondem ao biênio 2018-2019.

Ações pautadas nos preceitos de transparência, integridade e ética envolvem o Núcleo de Licitações, o Núcleo de Contratos e a Coordenação de Compras e Suprimentos do Tribunal. Segundo Fernando Leão, Pregoeiro Oficial e Coordenador de Compras e Suprimentos, a economia se deu por meio de práticas voltadas à economicidade e à eficiência na utilização dos recursos públicos.

Como exemplo disso, ele destaca a adequada descrição dos objetos a serem contratados e a ampla pesquisa de mercado realizada pela equipe responsável, além da maior competitividade proporcionada pela modalidade licitatória denominada Pregão Eletrônico, utilizada pela Administração para a aquisição e contratação de bens e serviços de natureza comum.

Esta modalidade permite que a disputa pelo fornecimento do objeto ocorra em ambiente virtual, em sistema dotado de criptografia, privilegiando também a impessoalidade, a segurança e a isonomia do procedimento. “O resultado

alcançado é fruto da busca pela melhor aquisição em todas as fases do procedimento de contratação, considerados fatores de preço e qualidade do objeto pretendido”, afirmou.

A segregação de funções também é uma prática adotada dentro dos procedimentos de contratação no âmbito da Corte de Contas estadual. O Princípio se configura como um instrumento de gerenciamento importante, reduzindo o risco de erros humanos e de ações indesejadas nas compras públicas.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) coordenou uma ação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), voltada para a elaboração de cartilha sobre Integridade nas Compras Públicas. A cartilha reúne situações e elementos destinados a orientar os servidores atuantes nos procedimentos licitatórios. Trata-se de uma ferramenta útil na identificação de riscos à integridade, na análise de conflitos de interesses, no esclarecimento sobre a importância da segregação de funções e também no monitoramento do mecanismo de controle interno da instituição.

A cartilha já se encontra disponível no site do TCU. O conteúdo tem uma abordagem explicativa e o material aproxima conceitos de integridade e compras públicas, destacando a

importância da cooperação entre ambos para o alcance da finalidade pública.

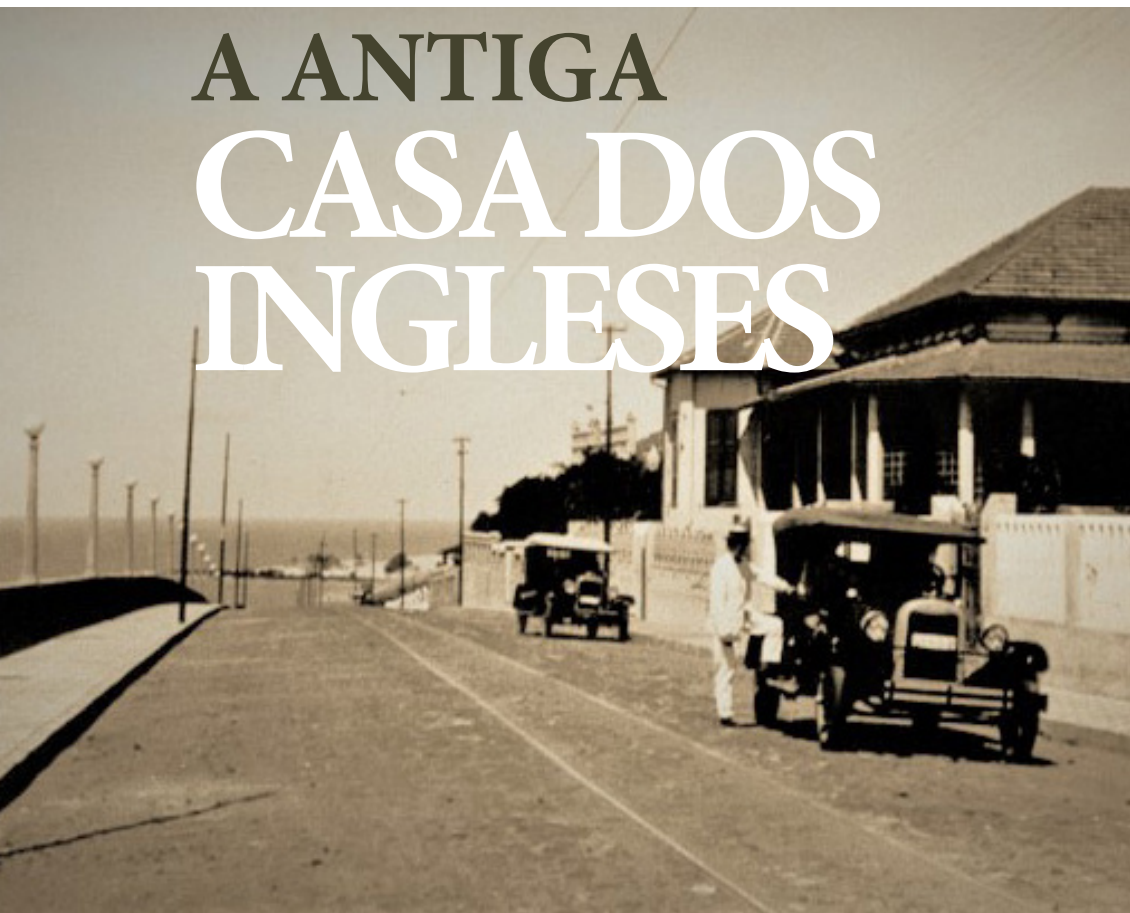
Entre outros temas relevantes, este documento explica também: as possíveis perdas quando a integridade não é sustentada como princípio nas aquisições; a identificação dos riscos em situações que envolvem conflitos de interesses; o monitoramento dos mecanismos de controle de um órgão ou instituição; a importância da divisão de funções nas admissões e, ainda, explicita as punições para quem descumpra os normativos vigentes.

O objetivo principal é que sejam implementadas medidas voltadas ao combate à corrupção e à utilização racional dos recursos públicos, a fim de que haja mudanças que agreguem valor aos serviços essenciais: saúde, educação e segurança.

A cartilha pode ser acessada pelo QR Code ao lado ou no seguinte endereço eletrônico: encurtador.com.br/oEHPR



A ANTIGA CASA DOS INGLESES



O terreno da avenida Getúlio Vargas, 690, que no presente sedia o prédio do Tribunal de Contas do Estado – TCE, foi residência, no passado, durante a 2ª Guerra Mundial, de um comandante da Força Aérea do Exército dos Estados Unidos. Considerado local estratégico no conflito, por conta da aproximação com a África e a Europa, os americanos instalaram uma base militar no município de Parnamirim, sob o comando geral das tropas do Exército dos EUA (US Army) tendo a frente o Major General Robert LeGrow Walsh, que fixou residência na “Casa dos Ingleses”, como ficou conhecida, na região do antigo Belo Monte, depois bairro de Petrópolis.

Em junho de 1942 o General Walsh foi nomeado comandante da Força Aérea do Exército dos EUA (USAAF) para toda a região do Atlântico Sul (South Atlantic Wing). Foi responsável pelo comando do Air Transport Command (ATC), ou seja, todas as questões envolvendo o transporte aéreo nesta parte do mundo estavam sob suas ordens. Devido à intensa movimentação de aeronaves em Natal, o ATC foi transferido do Caribe para o Rio Grande do Norte, ficando a sede administrativa em Parnamirim Field, e a residência do comandante sob as dunas do Belo Monte, de frente a bela vista do mar.

A história está sendo resgatada graças a uma ação do Ministério Público Federal do Rio Grande do Norte, que acatou a solicitação de uma audiência extrajudicial, feita pelo representante do Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania – IAPHAC, Ricardo da Silva Tersuliano, proposição acatada pelo Procurador da República e titular do 10º Ofício do Núcleo de Cidadania e Ambiental (NCA), Victor Manoel Mariz, com objetivo de tratar de assuntos pertinentes à adoção de medidas necessárias para resgatar, preservar e valorizar o patrimônio histórico do Rio Grande do Norte relativo ao período da Segunda Guerra Mundial. A primeira audiência ocorreu no dia 14 de março de 2019, num processo que vem sendo acompanhado em decorrência da situação de abandono do patrimônio em vista do potencial histórico, turístico e cultural que representa.

“A atuação do Ministério Público Federal no âmbito do Procedimento Administrativo 1.28.001950.2018-52, inclusive com a participação de diferentes parceiros, configura um instrumento fundamental para o resgate e proteção do patrimônio Histórico de Natal e Parnamirim. É importante lembrar que o nosso Estado teve importante participação no desenrolar

do principal fato histórico do mundo, com consequências relevantes para a vida dos cidadãos potiguares. Ainda é tempo de valorizarmos e exaltarmos a nossa história. Como bem observou o primeiro-ministro inglês na época da guerra, Winston Churchill, sem a participação de Natal e Parnamirim, a guerra poderia ter durado mais uns 10 anos”, justificou o procurador Victor Mariz, que foi recebido no TCE pelo presidente Poti Júnior.

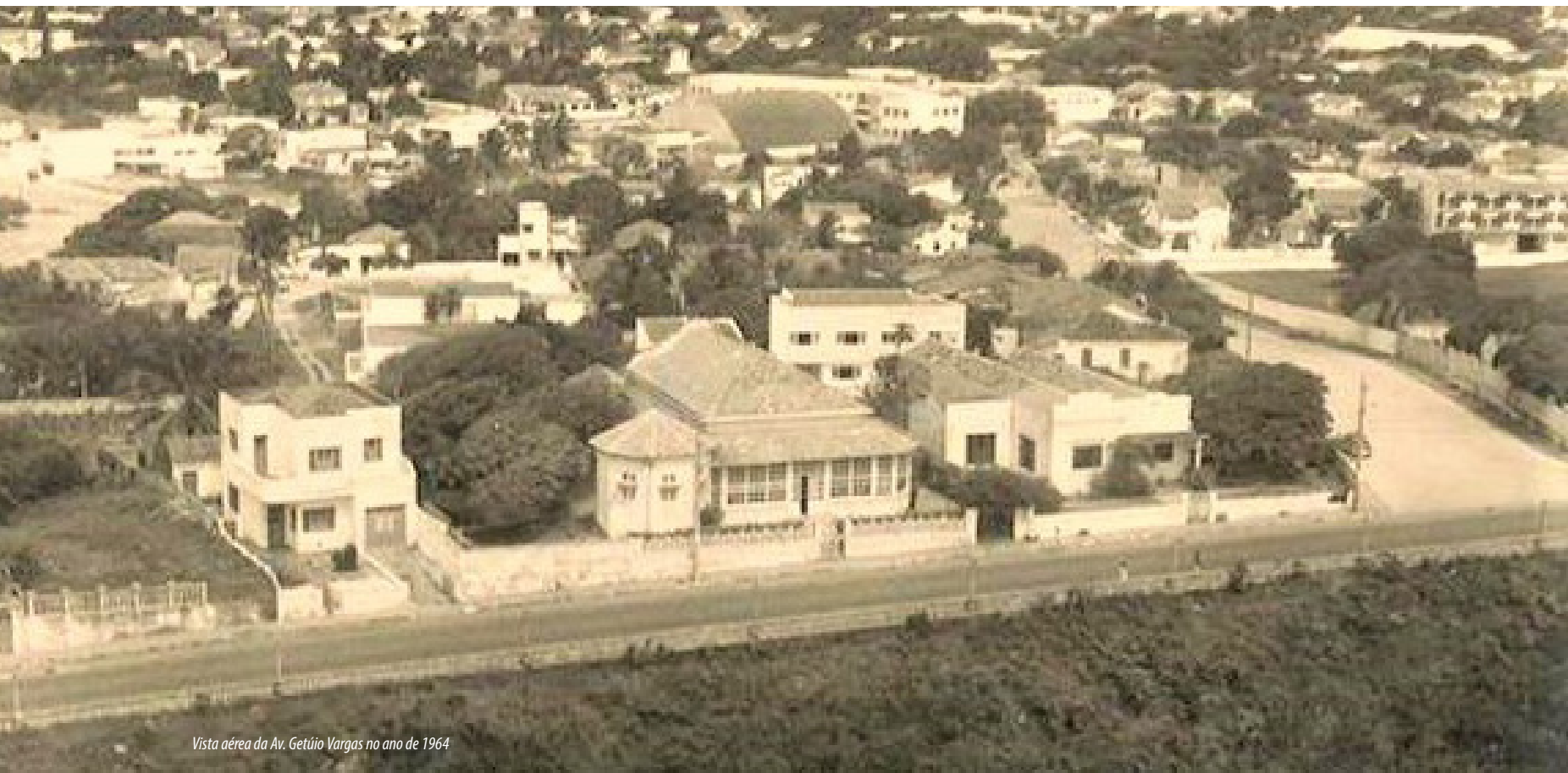
A partir da audiência, que contou com a presença de representantes de diferentes atores sociais, tais como SEBRAE, Emprotur, Funcarte e Instituto Histórico e Geográfico, foram definidas algumas diretrizes, entre as quais o mapeamento dos pontos históricos que possuem ligação com a participação do Brasil no conflito, tais como quartéis, hospitais, bares, cabarês, hotéis, clubes militares, companhias aéreas, residências de oficiais e do cônsul norte-americano, entre outros. O mapeamento constou de visitas *in loco*, com exposição em torno da importância do resgate da história como fator relevante no processo de identidade e desenvolvimento local. No Tribunal de Contas, foi realizada

A ideia, com apoio do Governo do Estado e das Prefeituras de Natal e Parnamirim, é que seja criada uma rota turística e histórica, focando o período da Grande Guerra

uma reunião neste sentido em outubro do ano passado, passando a instituição a constar do Relatório de Edificações Remanescentes em Natal no Período da Segunda Guerra Mundial, levantamento feito pelo pesquisador Rostand Medeiros.

A pesquisa foi transformada no livro “Lugares da Memória”, com informações e curiosidades de 27 locais considerados importantes durante a permanência dos americanos em Natal, centralizando nos bairros de Santos Reis, Rocas, Ribeira, Petrópolis e Tirol, entre os quais o local onde está sediado o Tribunal de Contas





Vista aérea da Av. Getúlio Vargas no ano de 1964



Residência do cônsul General Walsh, que posteriormente viria a ser sede do TCE/RN



Atual sede do TCE/RN

do Estado. A ideia, com apoio do Governo do Estado e das Prefeituras de Natal e Parnamirim, é que seja criada uma rota turística e histórica, focando o período da Grande Guerra, com todo o impacto e representação do que significou a presença dos militares americanos em Natal, além de outros projetos como a construção de um memorial da Segunda Guerra, entre outras iniciativas.

No caso do General Walsh, permaneceu em Natal de junho de 1942 a junho de

1944, quando foi anunciado como novo comandante geral do comando Oriental das Forças Aéreas Estratégicas dos Estados Unidos na União Soviética e membro da Missão dos Estados Unidos em Moscou. Durante sua permanência, foi caracterizado como um militar sério, correto e que mantinha uma boa relação com a comunidade local. Em alguns momentos, abriu para convidados o espaço do famoso aeródromo de Parnamirim, mostrando os refeitórios, hangares, armazéns de cargas, alojamentos de oficiais, praças, cinemas,

enfim, todo o conjunto do “grande aeroporto de fama mundial”.

No caso da “Casa dos Ingleses”, após a saída dos americanos de Natal, o local foi utilizado como sede da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte a partir de 18 de setembro de 1947, permanecendo até os primeiros anos da década de 1960. Em 1965 o local passou a ser a sede do Tribunal de Contas do Estado, cuja atual edificação foi inaugurada no ano de 2002.

JANELAS DE OPORTUNIDADES

Despertar o servidor do TCE, num espaço de apenas 30 minutos, para um mundo de possibilidades. Esta a idéia do projeto Informação em Rede, realizado pela Escola de Contas, através da Biblioteca Ministro Tavares de Lyra em parceria com o Núcleo de Sustentabilidade, que busca levar ao servidor informações significativas sobre os serviços e ações executadas tanto pela biblioteca quanto pelo núcleo de sustentabilidade.

Até o momento, conta a bibliotecária Michelle Rodrigues Dias, já foram visitados onze setores, sendo capacitados 119 servidores, o que inclusive vem provocando uma nova dinâmica nestes espaços. Até junho a meta é visitar mais 21 setores, sempre as quartas e sextas-feiras, informando e mobilizando para atuação mais proativa.

O projeto considera a informação como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e profissional, daí a necessidade de apresentar aos servidores o que existe na organização que pode colaborar na melhoria da qualidade do trabalho. Durante as oficinas são mostradas as boas práticas que o TCE adota referentes à sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.

De outro lado, as ações e serviços executados pela Biblioteca, tais como empréstimo de livros à comunidade do TCE, reserva, pesquisa bibliográfica, catálogo eletrônico, disseminação seletiva da informação – DSI, exposição de novas aquisições, normalização de trabalho científico de acordo com a ABNT e elaboração de ficha catalográfica.

“A biblioteca tem a missão de garantir o acesso à informação segura e de qualidade, oferecendo suporte informacional ao estudo, pesquisa e trabalho científico, como também, na utilização do material bibliográfico que se encontra organizado e armazenado em diversos suportes”, reforçou Michelle.

Localizado no 9º andar, a biblioteca é especializada na área do Direito, Contabilidade, Economia e Administração pública, além de contar com acervo de literatura em geral e do RN, acervo braille, multimeios, coleção da revista do TCE-RN e de outros tribunais. O acervo atual conta com 1.734 títulos, perfazendo um total de 2.044 exemplares nas diversas áreas do conhecimento.



Além de livros, espaço da biblioteca faz consultas bibliográficas e colabora com normalização de textos científicos com base nas regras da ABNT, entre outros serviços. Ao lado, encontro com representantes dos diversos setores

AUDITÓRIO ALCIMAR TORQUATO

O auditório do Tribunal de Contas do Estado passou a ser denominado, a partir do dia 21/01, Auditório Conselheiro Alcimar Torquato, em homenagem ao conselheiro aposentado que presidiu a Corte de Contas nos períodos de 1985 a 1992 e 2005 e 2006, contribuindo com o desenvolvimento da instituição.

A proposição consta da Resolução 01/2020, apresentada pelo presidente do TCE, conselheiro Francisco Potiguar, a partir de sugestão do conselheiro Tarcísio Costa, e acatada à unanimidade na sessão plenária.

Natural de Luiz Gomes, Alcimar Torquato de Almeida formou-se em Psiquiatria. Iniciou a carreira política ao ganhar a eleição para presidente da Sociedade Regional de Medicina, nos idos de 1972. Foi eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA, em 1974; em 1978 presidiu a Assembléia Legislativa, reeleitou-se deputado pelo Partido Democrático Social – PDS e ao encerrar a carreira política, em 1983, foi nomeado pelo governador José Agripino conselheiro do TCE.



Conselheiro aposentado, Alcimar Torquato é homenageado pelo TCE

MEMÓRIA



A ARTE DE AÉCIO

O homem vai, mas a obra fica. A edição de janeiro de 1996 do TCE em Pauta destacava o talento do então auditor Aécio Emerenciano, autor de telas e murais espalhados de Ceará-Mirim (sua terra Natal) até Milão. Seus temas prediletos eram frutas, a flora e o vale da sua região, figuras humanas apoiadas por braços entrelaçados, o sacro e o profano, recordações e sentimentos à mostra. “A criação no trabalho de Emerenciano precisa de paz, as vezes de isolamento. Há momentos em que pára tudo. Em outros vem com voracidade e chega a pintar vários quadros de uma vez”, destacava o texto.



NOVA SEDE

Depois de cinco gestões e mais de cinco anos de construção, o novo prédio do TCE na avenida Getúlio Vargas foi entregue no dia 11 de janeiro de 2002. O projeto, elaborado na gestão do conselheiro Alcimar Torquato, teve continuidade nas administrações de Haroldo Bezerra, Nélcio Dias, Antônio Câmara, José Fernandes e concluída e entregue na gestão de Getúlio Nóbrega. A solenidade contou com as presenças do governador Garibaldi Filho, as prefeitas de Natal e Mossoró, Wilma de Faria e Rosalba Ciarlini, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, representantes de tribunais de contas de todo o país, servidores do TCE e a população em geral. O assunto foi destaque na edição de fevereiro de 2002 do TCE em Pauta.



Sob a regência de Fábio Cruz, coral Canto de Contas fez bonito no Rio de Janeiro

O MELHOR DA NOITE

*Essa é uma terra de um deus mar
De um deus mar que vive para o sol
E esse sol está muito perto daqui
Venha e veja tanto quanto pode se curtir*

*Linda terra para a mãe gentil
Belo cai o sol sobre esse rio
E esse rio também está perto daqui
Venha e veja tanto quanto é o nosso Potengi*

Quem imaginaria que Linda Baby, música de Pedro Mendes que transformou-se numa espécie de hino de Natal, fosse um dia apresentada para pessoas de várias partes do Brasil, no palco da Igreja Matriz de Santo Antônio, município de Conservatória, no Rio de Janeiro?

Pois é, aconteceu durante o XV Festival Nacional de Corais, realizado no final de novembro e início de dezembro do ano passado naquela cidade. Sob a regência de Fábio Cruz, responsável também por todos os arranjos, o coral Canto de Contas ainda encantou os expectadores com as músicas A Chalana, de Mário Zan e Arlindo Pinto; Olha pro Céu, meu Amor, de Luiz Gonzaga e José Fernandes; Pout Pourri da Jovem Guarda e Lua Branca, de Chiquinha Gonzaga.

Criado em 1998, iniciativa da servidora Glace Pimentel e da Associação dos Servidores, a época presidida por Albanizia Carvalho, com total apoio do presidente Antônio Câmara, o Coral Canto de Contas vem se consolidando como um espaço de encontro que vai muito além da música, das apresentações realizadas. Trata-se de um lugar de trocas para amantes da boa música e poesia. “É alegria, descontração, animo. Muita coisa boa”, diz Joselita Maria da Silva, coordenadora do coral.

Em meio a um ensaio, provocadas pelo jornalista, as integrantes do grupo terminam por soltar a voz. “O coral me fez muito bem. Sou muito tímida, não conversava

com ninguém. Hoje me aproximo das pessoas, converso. Amo música”, revelou a servidora Maria Auxiliadora. “Aqui é uma família, todo mundo é igual, um busca ajudar o outro. E quando nos reunimos fora do TCE é maravilhoso” relata Tércia. “Nunca imaginei que iria participar de um coral, nem sabia que no TCE havia um. Sou usuária do Banco do Brasil e do restaurante, um dia conversando com Teresa, secretária das sessões, ela me apresentou e eu fiquei. Tem sido muito somador, já fiz várias amizades, fizemos várias viagens”, conta a médica Domicina Monteiro, que mora nas proximidades do TCE.

O regente Fábio Cruz abre-se em sorriso ensinando teoria musical e exercícios para a voz. A música encanta, exige entendimento, sensibilidade. “Há uma linha tênue entre a alegria e a seriedade, a maioria do tempo querem não errar” ensina, lembrando que estão com muitas metas, entre as quais aumentar o número de componentes, iniciar um trabalho de apresentações no interior e também promover encontros mensais para celebrar datas comemorativas, aniversariantes do mês e outros...

É assim o Coral de Contas. Um todo que se revela, sobretudo, para quem ama a música e poesia, e vai além...muito além. Exemplo disso foi um momento que aconteceu no Rio de Janeiro. O Coral da UNITI, formado por idosos do município de Campo dos Goitacazes ficou impedido de se apresentar porque o regente adoeceu. “Convidamos eles para se agregarem a gente no encerramento do encontro. Tivemos apenas meia hora para ensaiar e foi muito bonito, emocionante”, relembra Fábio, dizendo que ouviu de muitas pessoas que tinha sido a melhor apresentação da noite.

Enfim, finalizamos também com Linda Baby:

*Isso é Natal, ninguém se dá muito mal
Como dizem pessoas quase sem se sentir
Linda baby, baby linda, volte sempre aqui.*

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIRA VICE-PRESIDENTE
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Renato Costa Dias
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Jaime Mariz de Faria Neto
SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO
Anne Emília Costa Carvalho
CONSULTOR JURÍDICO
Vinícius Araújo da Silva
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Carlos Eduardo Jales Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Vidal
EDITOR:
Eugênio Parcella da Silva
REPORTAGEM:
Isaac Lira / Galdina Carvalho
PRODUÇÃO:
Fátima Moraes
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Fernando Souza
FOTOGRAFIAS:
Galdina Carvalho, Maria Gabrielle,
Pexels.com
ILUSTRAÇÕES:
br.freepik.com
IMPRESSÃO:
Tavares&Tavares Emp. Comerciais Ltda

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP 59012-360
84 3642 7278
tce.rn.gov.br
ascomtce@gmail.com
tcedorn
tce_rn
tce_rn